



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 414, DE 2009**

**(Da Sra. Rose de Freitas e outros)**

Altera a redação do § 9º, do art. 144 da Constituição Federal.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PEC-340/2009.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º, do artigo 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo 1º - O § 9º do artigo 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 9º - A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do artigo 39, sendo que a da Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Espírito Santo, não poderá ser inferior à da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, no que couber, devendo o mesmo critério ser extensivo aos inativos”.

Artigo 2º - Esta Emenda entra em vigor cento e oitenta dias subsequentes ao da promulgação. ”

### JUSTIFICATIVA

Constituição Federal de 1988, estabelece no caput de seu artigo 144, a seguinte redação: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio.

A qualquer dia e a qualquer hora, tanto o Policial Militar quanto o Bombeiro Militar, pela especificidade das suas profissões, estão determinados a cumprir os seus deveres, enfrentando o perigo, mantendo a ordem pública e socorrendo vítimas, colocando em risco a sua própria vida, na maioria das vezes. Não há dúvida de que esses abnegados homens têm uma rotina estressante. Diariamente se submetem a instruções e treinamentos rígidos.

No caso do Policial Militar, frequentemente é ameaçado e condenado a morte pelo crime organizado, pela especificidade da profissão – policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.

A certeza que se tem é que a remunerações dessas duas categorias não são compatíveis com o elevado risco de morte que se subjugam dia e noite, atingindo-os, inclusive, na inatividade como decorrência da profissão. Eles não têm direito a FGTS, aviso prévio, pagamento de horas-extras, adicional noturno, filiação sindical e direito de greve. Essa injustiça salarial precisa ser corrigida.

No caso específico do Bombeiro Militar, além de apagar incêndios, missão de suma importância, eles estão presentes, cotidianamente, em várias e diferentes missões, que, grandes ou pequenas, são importantes para quem está precisando de ajuda.

Em grandes cidades, quando ocorrem atropelamentos e colisões de veículos, na maioria das vezes com vítimas graves, a agilidade dos bombeiros é fundamental.

Para melhorar o sistema de atendimento e dar os primeiros socorros às vítimas, muitas cidades brasileiras têm o resgate do Corpo de Bombeiros, uma unidade especial que conta com veículos diferenciados e com uma equipe altamente treinada para dar um atendimento pré-hospitalar às vítimas. Muitas destas unidades do Resgate têm em seu interior uma **mini-UTI** (Unidade de Tratamento Intensivo), equipada com um kit de primeiros socorros e até com desfibriladores para reanimar pacientes e outros equipamentos necessários para uma emergência.

A ação empreendida pelos bombeiros não pára aí: em resgates a acidentados, eles buscam a manutenção das condições básicas de vida, tentando evitar o estado de choque,

contendo hemorragias, imobilizando fraturas, fazendo desobstrução e ventilação das vias aéreas, ou seja, ações rotineiras que somente eles executam e que salvam vidas.

É da maior importância que se faça justiça a esses abnegados militares estaduais, conferindo-lhes melhores remunerações, dignas e proporcionais ao risco que correm no decorrer dessa singular profissão – Bombeiro Militar.

Com a promulgação da Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006 e Lei 11.663 de 24 de abril de 2008, melhorou a remuneração dos policiais militares e das carreiras de delegado de polícia, incluindo o Corpo de Bombeiro Militar, do Distrito Federal. Mas, o Bombeiro Militar dos demais estados da federação não foram alcançados por essa lei. Por isso mesmo, esta PEC virá fazer justiça, ou seja, equiparar os soldos do Policial Militar e do Bombeiro Militar do Estado do Espírito Santo ao do Policial Militar e Bombeiro Militar do Distrito Federal, devendo, inclusive, se estender aos inativos das duas categorias.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 2009

**Rose de Freitas**

Deputada Federal – PMDB/ES

**Proposição:** PEC 0414/09

**Autor da Proposição:** ROSE DE FREITAS E OUTROS

**Data de Apresentação:** 01/10/2009

**Ementa:** Altera a redação do § 9º, do artigo 144 da Constituição Federal.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas 175

Não Conferem 004

Fora do Exercício 001

Repetidas 027

Ilegíveis 000

Retiradas 000

Total 207

**Assinaturas Confirmadas**

ABELARDO CAMARINHA PSB SP

ADEMIR CAMILO PDT MG

AELTON FREITAS PR MG

ALCENI GUERRA DEM PR

ALDO REBELO PCdoB SP

ALEX CANZIANI PTB PR

ALFREDO KAEFER PSDB PR

ALICE PORTUGAL PCdoB BA

ANSELMO DE JESUS PT RO

ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG

ANTONIO BULHÕES PMDB SP  
ANTÔNIO CARLOS BIFFI PT MS  
ANTONIO CRUZ PP MS  
ANTONIO FEIJÃO PSDB AP  
ARNON BEZERRA PTB CE  
ASDRUBAL BENTES PMDB PA  
ÁTILA LIRA PSB PI  
AUGUSTO FARIAS PTB AL  
BISPO GÊ TENUTA DEM SP  
CAPITÃO ASSUMÇÃO PSB ES  
CARLOS ALBERTO CANUTO PSC AL  
CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB GO  
CARLOS EDUARDO CADOCA PSC PE  
CARLOS SANTANA PT RJ  
CARLOS WILLIAN PTC MG  
CHARLES LUCENA PTB PE  
CHICO DA PRINCESA PR PR  
CHICO LOPES PCdoB CE  
CIRO NOGUEIRA PP PI  
CIRO PEDROSA PV MG  
CLEBER VERDE PRB MA  
DAMIÃO FELICIANO PDT PB  
DARCÍSIO PERONDI PMDB RS  
DAVI ALVES SILVA JÚNIOR PR MA  
DELEY PSC RJ  
DEVANIR RIBEIRO PT SP  
DILCEU SPERAFICO PP PR  
DIMAS RAMALHO PPS SP  
DOMINGOS DUTRA PT MA  
DR. NECHAR PP SP  
DR. UBIALI PSB SP  
EDGAR MOURY PMDB PE  
EDIGAR MÃO BRANCA PV BA  
EDINHO BEZ PMDB SC  
EDIO LOPES PMDB RR  
EDMAR MOREIRA PR MG  
EDMILSON VALENTIM PCdoB RJ  
EDUARDO CUNHA PMDB RJ  
EDUARDO LOPES PSB RJ  
EDUARDO VALVERDE PT RO  
ELISMAR PRADO PT MG  
ELIZEU AGUIAR PTB PI  
EUEDES XAVIER PT CE  
EUGÊNIO RABELO PP CE  
EUNÍCIO OLIVEIRA PMDB CE  
EVANDRO MILHOMEN PCdoB AP  
FÁBIO FARIA PMN RN

FELIPE BORNIER PHS RJ  
FELIPE MAIA DEM RN  
FÉLIX MENDONÇA DEM BA  
FERNANDO CHIARELLI PDT SP  
FERNANDO CORUJA PPS SC  
FERNANDO DE FABINHO DEM BA  
FERNANDO MARRONI PT RS  
FERNANDO NASCIMENTO PT PE  
FILIPE PEREIRA PSC RJ  
FLÁVIO BEZERRA PMDB CE  
FLÁVIO DINO PCdoB MA  
FRANCISCO PRACIANO PT AM  
FRANCISCO RODRIGUES DEM RR  
FRANCISCO TENORIO PMN AL  
GEORGE HILTON PP MG  
GERALDINHO PSOL RS  
GERALDO RESENDE PMDB MS  
GERSON PERES PP PA  
GIVALDO CARIMBÃO PSB AL  
GLADSON CAMELI PP AC  
GLAUBER BRAGA PSB RJ  
GONZAGA PATRIOTA PSB PE  
GUILHERME CAMPOS DEM SP  
HOMERO PEREIRA PR MT  
JACKSON BARRETO PMDB SE  
JAIR BOLSONARO PP RJ  
JERÔNIMO REIS DEM SE  
JÔ MORAES PCdoB MG  
JOÃO MAGALHÃES PMDB MG  
JOÃO PAULO CUNHA PT SP  
JOAQUIM BELTRÃO PMDB AL  
JOSÉ EDUARDO CARDOZO PT SP  
JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA PV MG  
JOSEPH BANDEIRA PT BA  
JULIÃO AMIN PDT MA  
JÚLIO CESAR DEM PI  
JÚLIO DELGADO PSB MG  
JURANDIL JUAREZ PMDB AP  
LAEL VARELLA DEM MG  
LEANDRO SAMPAIO PPS RJ  
LELO COIMBRA PMDB ES  
LEONARDO MONTEIRO PT MG  
LINDOMAR GARÇON PV RO  
LUIZ BASSUMA PT BA  
LUIZ BITTENCOURT PMDB GO  
LUIZ CARLOS BUSATO PTB RS  
LUIZ FERNANDO FARIA PP MG

LUIZ SÉRGIO PT RJ  
MAGELA PT DF  
MANATO PDT ES  
MARCELO SERAFIM PSB AM  
MARCIO JUNQUEIRA DEM RR  
MÁRCIO MARINHO PR BA  
MARCONDES GADELHA PSB PB  
MARIA DO ROSÁRIO PT RS  
MÁRIO DE OLIVEIRA PSC MG  
MAURO LOPES PMDB MG  
MAURO NAZIF PSB RO  
MENDONÇA PRADO DEM SE  
MILTON MONTI PR SP  
MOACIR MICHELETTO PMDB PR  
NATAN DONADON PMDB RO  
NEILTON MULIM PR RJ  
NELSON MARQUEZELLI PTB SP  
NELSON MEURER PP PR  
NILMAR RUIZ PR TO  
NILSON MOURÃO PT AC  
NILSON PINTO PSDB PA  
OSMAR JÚNIOR PCdoB PI  
OSMAR SERRAGLIO PMDB PR  
OSÓRIO ADRIANO DEM DF  
OSVALDO REIS PMDB TO  
OTAVIO LEITE PSDB RJ  
PASTOR PEDRO RIBEIRO PMDB CE  
PAULO HENRIQUE LUSTOSA PMDB CE  
PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP  
PAULO PIAU PMDB MG  
PAULO RATTES PMDB RJ  
PAULO ROBERTO PEREIRA PTB RS  
PAULO ROCHA PT PA  
PAULO RUBEM SANTIAGO PDT PE  
PEDRO CHAVES PMDB GO  
PEDRO EUGÊNIO PT PE  
PEDRO WILSON PT GO  
PERPÉTUA ALMEIDA PCdoB AC  
PROFESSOR RUY PAULETTI PSDB RS  
PROFESSOR SETIMO PMDB MA  
PROFESSOR VICTORIO GALLI PMDB MT  
PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA PSDB GO  
RATINHO JUNIOR PSC PR  
RAUL HENRY PMDB PE  
RICARDO BERZOINI PT SP  
ROBERTO SANTIAGO PV SP  
RODRIGO DE CASTRO PSDB MG

ROGERIO LISBOA DEM RJ  
RÔMULO GOUVEIA PSDB PB  
ROSE DE FREITAS PMDB ES  
RUBENS OTONI PT GO  
SANDES JÚNIOR PP GO  
SARAIVA FELIPE PMDB MG  
SEBASTIÃO BALA ROCHA PDT AP  
SEVERIANO ALVES PDT BA  
SILAS BRASILEIRO PMDB MG  
SILVIO LOPES PSDB RJ  
SILVIO TORRES PSDB SP  
TATICO PTB GO  
ULDURICO PINTO PMN BA  
VALADARES FILHO PSB SE  
VALTENIR PEREIRA PSB MT  
VICENTINHO PT SP  
VICENTINHO ALVES PR TO  
VIGNATTI PT SC  
VIRGÍLIO GUIMARÃES PT MG  
WOLNEY QUEIROZ PDT PE  
ZÉ GERALDO PT PA  
ZÉ GERARDO PMDB CE  
ZÉ VIEIRA PR MA  
ZEQUINHA MARINHO PSC PA

**Assinaturas que Não Conferem**

DR. PAULO CÉSAR PR RJ  
MAURÍCIO TRINDADE PR BA  
WELLINGTON ROBERTO PR PB  
WILSON SANTIAGO PMDB PB

**Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício**

RICARDO QUIRINO PR DF

**Assinaturas Repetidas**

ANTÔNIO CARLOS BIFFI PT MS  
ANTONIO CRUZ PP MS  
ANTONIO FEIJÃO PSDB AP  
ÁTILA LIRA PSB PI  
CLEBER VERDE PRB MA  
DR. NECHAR PP SP  
ELISMAR PRADO PT MG  
EUGÊNIO RABELO PP CE  
EUGÊNIO RABELO PP CE  
FERNANDO CHIARELLI PDT SP  
FRANCISCO TENORIO PMN AL  
JACKSON BARRETO PMDB SE

JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA PV MG  
MARIA DO ROSÁRIO PT RS  
NATAN DONADON PMDB RO  
NELSON MEURER PP PR  
PASTOR PEDRO RIBEIRO PMDB CE  
PAULO ROBERTO PEREIRA PTB RS  
PAULO ROCHA PT PA  
PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA PSDB GO  
RAUL HENRY PMDB PE  
RÔMULO GOUVEIA PSDB PB  
RUBENS OTONI PT GO  
WILSON SANTIAGO PMDB PB  
ZÉ GERARDO PMDB CE  
ZÉ VIEIRA PR MA  
ZEQUINHA MARINHO PSC PA

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....

**TÍTULO III  
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

**CAPÍTULO VII  
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

.....

**Seção II  
Dos Servidores Públicos**  
*(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)*

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. *(“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:



I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 5º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. [\*\(“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)\*](#)

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)\*](#)

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença

grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei; ([\*Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\*](#))

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; ([\*Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\*](#))

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. ([\*Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\*](#))

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. ([\*Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\*](#))

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que trata este artigo e o art. 201, na forma da lei. ([\*Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\*](#))

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividades de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. ([\*Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005\*](#))

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. ([\*Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\*](#))

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo. ([\*Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\*](#))

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual: ([\*“Caput” do parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\*](#))

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou ([\*Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\*](#))

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente

a este limite, caso em atividade na data do óbito. [\*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)\*](#)

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)\*](#)

§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)\*](#)

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)\*](#)

§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)\*](#)

§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)\*](#)

§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)\*](#)

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituem regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)\*](#)

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)\*](#)

§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)\*](#)

§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)\*](#)

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido

para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003](#))

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, *a*, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003](#))

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003](#))

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005](#))

## TÍTULO V

### DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

#### CAPÍTULO III

#### DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: ([“Caput” do parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#))

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; ([Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#))

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. *(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. *(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. *(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

## TÍTULO VI DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

### CAPÍTULO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

#### Seção I Dos Princípios Gerais

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

**LEI Nº 11.361, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006**

Fixa o subsídio dos cargos das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória 308, de 2006, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A partir de 1º de setembro de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos das seguintes carreiras:

I - Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal; e

II - Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os valores do subsídio dos integrantes das carreiras de que trata o *caput* são os fixados nos Anexos desta Lei.

Art. 2º Estão compreendidas no subsídio de que trata o art. 1º e não são devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992;

III - Gratificação por Operações Especiais - GOE;

IV - Gratificação de Atividade Policial;

V - Gratificação de Compensação Orgânica;

VI - Gratificação de Atividade de Risco;

VII - Indenização de Habilitação Policial Civil;

VIII - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

IX - vantagens pessoais e vantagens pessoais nominalmente identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

X - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

XI - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial;

XII - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

XIII - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

XIV - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 190 e 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

XV - abonos;

XVI - valores pagos a título de representação;



- XVII - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;  
 XVIII - adicional noturno;  
 XIX - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e  
 XX - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 4º desta Lei.
- .....
- .....

## LEI Nº 11.663, DE 24 DE ABRIL DE 2008

Altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-A:

"Art. 1º-A A Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF, instituída pelo art. 2º da Lei nº 10.874, de 1º de junho de 2004, é devida mensal e regularmente aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, no valor de R\$ 351,49 (trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos).

Parágrafo único. A GCEF integra os proventos na inatividade remunerada dos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal."

Art. 2º [\*\(Revogado pela Medida Provisória nº 426, de 8/5/2008, convertida na Lei nº 11.757, de 28 de julho de 2008\)\*](#)

.....

.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------